

UMA POLÍTICA EDUCACIONAL EM CONTESTAÇÃO: O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

Rosângela Fritsch
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)-Brasil
rosangelaf@unisin.br

Resumo

Este texto aborda uma Política Educacional para o Ensino Médio tendo como objetivo analisar avanços e contradições na sua concepção e evidenciando lacunas entre o planejado e o executado. São interlocutores Ozga (2000), Kuenzer (2010) e Libâneo, Oliveira e Toschi (2012). Como metodologia inspira-se na proposta de análise de Monteiro (2012) utilizando fontes documentais e relatos de gestores e professores. Como resultados destacam-se, especialmente, uma ideia equivocada de inovação e de um novo princípio educativo; o foco no atendimento a demandas do mercado de trabalho; a gestão autoritária; a falta de qualificação das equipes gestoras e professores; e, a carência de infraestrutura e recursos humanos.

Palavras chave: Política Educacional, Legislação Educacional, Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

Este texto aborda uma Política Educacional para o Ensino Médio (EM) e é fruto de reflexões desenvolvidas ao longo do segundo semestre de 2013, numa Prática de Pesquisa de um Programa de Pós-Graduação em Educação, envolvendo todo um grupo de pesquisa¹. O objetivo é analisar os avanços e as contradições na concepção desta política em relação aos seus propósitos, a referenciais legais e teóricos evidenciando algumas lacunas entre o planejado e o executado no seu período de implantação. Assumimos a definição de política (OZGA, 2000) como processo que envolve múltiplos sujeitos e então terreno de contestações e negociações. Para Ozga (2000, p.19) política “é algo sobre o qual se discute, que não se oferece, em lápides de pedra, a populações

¹ O grupo de pesquisa vincula-se a pesquisa “Evasão no Ensino Médio e Superior no Município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul/ Brasil” que integra O Observatório da Educação, Projeto 044/2010. É composto por uma coordenadora, três bolsistas de mestrado, dois professores pesquisadores associados, três professoras bolsistas da Educação Básica, duas bolsistas de cursos de Graduação, uma mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação, e três colaboradores.

que se mostram receptivas e gratas por isso.” Na sequência a autora complementa a política como “processo mais do que um produto, envolvendo negociação, contestação ou mesmo luta entre diferentes grupos não envolvidos diretamente na elaboração oficial de legislação (OZGA, 2000, p. 20). Desta forma, explicitamos que este texto é terreno de contestação de acadêmicos, gestores e professores como sujeitos construtores de política.

Do ponto de vista metodológico se inspira na proposta de Monteiro (apud LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012, p.52) quando propõe para análise da legislação educacional a articulação de três elementos:

a) visão oficial: conhecimento da legislação educacional, programas e planos de governo; b) visão da realidade: comparação da visão oficial com o que acontece de fato no funcionamento do ensino (cotidiano vivo); c) visão crítica: após conhecimento das anteriores, procede-se a crítica fundamentada, para a geração de novos conhecimentos.

Os dados analisados qualitativamente foram documentos legais regulatórios: Proposta Pedagógica e Regimento para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio 2011-2014/RS; e, registros de depoimentos de equipes gestoras e professores das Escolas de Ensino Médio que compõe o campo empírico do projeto de pesquisa.

Foram questões que nortearam as discussões: Em que aspectos esta proposta avança e quais as suas mais relevantes contradições? Qual o intenção do Estado do RS de antecipar-se a homologação das Diretrizes Curriculares e produzir uma Proposta Pedagógica para o EM Politécnico e Educação Profissional Integrada ao EM sem uma ampla discussão com a comunidade escolar e de certa forma interferindo na autonomia de cada unidade de ensino? Quais os desafios que estão sendo identificados na implantação da proposta?

Existe um consenso e apelo geral sobre a necessidade de mudanças no EM no Brasil. A síntese de muitas discussões está expressa no Documento Orientador para os Seminários Estaduais, produzido pela Comissão Especial destinada a Promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (BRASIL, 2013). Em geral, coloca-se que este nível de ensino não tem identidade e que há uma tensão entre formação geral (propedêutica) e formação profissional (técnica). Um dos impulsionadores do debate tem sido o baixo desempenho dos alunos no Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que em certo sentido pode ser considerado um aspecto positivo das avaliações em larga escala pela sua natureza de diagnóstico que não elimina as críticas deste ser um indicador sintético composto apenas pela taxa de aprovação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pela sua natureza (padronização em larga escala) que não avalia a qualidade da educação.

Para Kuenzer (2010), universalizar o ensino médio com qualidade social pressupõe ações que visem à inclusão de todos no processo educativo, com garantia de acesso, permanência e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento à diversidade socioeconômica cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, promovendo igualdade de direitos e o desenvolvimento da gestão democrática.

O documento referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE), 2010, o Eixo II, da Qualidade da Educação, Gestão democrática e avaliação, prevê que:

A educação com qualidade social e a democratização da gestão implicam a garantia do direito à educação para todos, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação da sociedade, tendo em vista a melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas. Implicam, também, processos de avaliação, capazes de assegurar a construção da qualidade social inerente ao processo educativo, de modo a favorecer o desenvolvimento e a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos e sócio-históricos, compreendendo as necessidades do mundo do trabalho, os elementos materiais e a subjetividade humana (BRASIL, 2010, p.41).

Frente à discussão sobre o EM, o Governo Federal, além da Comissão Especial que está discutindo alternativas, tem articulado um conjunto de ações como o Ensino Médio Inovador; a reestruturação curricular: um novo currículo a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio integrando as dimensões: Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia; e, o Fortalecimento de ações/programas de apoio à escola como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Plano de Ações Articuladas (PAR).

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído pela Portaria nº 971 de 09/10/2009, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do EM. O objetivo do ProEMI é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de EM, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando

garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do EM e às demandas da sociedade contemporânea. A adesão ao Ensino Médio Inovador é realizada pelas Secretarias de Educação Estaduais e Distrital. Neste contexto, o governo do RS apresentou a sociedade, em meados de outubro e novembro de 2011, uma proposta pedagógica de reestruturação curricular do EM para 2011-2014.

Na sequência desta contextualização, apresentamos alguns elementos sobre a Visão Oficial da Política em questão, explorando especialmente os aportes legais; seguimos com aspectos da visão da realidade apoiada nos depoimentos de gestores e professores; e encaminhamos alguns apontamentos esboçando uma breve visão crítica do processo de gestão e implantação da proposta do EM Politécnico.

2 VISÃO OFICIAL DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

O nível médio de ensino comporta diferentes concepções: em uma compreensão propedêutica, destina-se a preparar os alunos para o prosseguimento dos estudos no curso superior; para a concepção técnica, no entanto, esse nível de ensino prepara a mão de obra para o mercado de trabalho; na compreensão humanística e cidadã, o ensino médio é entendido no sentido mais amplo, que não se esgota nem na dimensão da Universidade (como no propedêutico) nem na do trabalho (como no técnico), mas compreende as duas – que se constroem e reconstroem pela ação humana, pela produção cultural do homem cidadão -, de forma integrada e dinâmica. Tal concepção está expressa em alguns documentos nacionais oficiais sobre as competências e habilidades específicas esperadas do estudante desse nível de ensino (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p.354).

Em 30 de janeiro de 2012, o Ministério da Educação (MEC) homologou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o EM, Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012. O texto substitui as diretrizes em vigor desde 1998 e contém 23 artigos relacionados à organização curricular, as formas de oferta de ensino, ao projeto pedagógico das escolas e aos sistemas de ensino.

A Proposta Pedagógica do Ensino Médio do RS, em termos de marco regulatório, sustenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, no Decreto nº 5.154/2004 e Lei nº 11.741/2008 que normatizam a articulação da Educação Profissional com o EM, nas formas integrada, concomitante e subsequente, revogando o Decreto nº 2.208/1997, mas que ainda não contemplam a educação tecnológica ou politécnica.

A proposta de reestruturação do Ensino Médio, contida neste documento base, foi construída levando-se em consideração o Plano de Governo para o Rio Grande do Sul no período 2011-2014, os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 – incluindo a concepção para o Ensino Médio no que diz respeito à sua finalidade e modalidades nela presentes –, além da Resolução sobre Diretrizes Curriculares para a Educação Básica emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que se encontra em tramitação no Ministério da Educação para homologação (RS,2011, p.3).

Adequa-se as Diretrizes Curriculares, pois cabe a cada unidade de ensino a elaboração do seu projeto político pedagógico, com a proposição de alternativas para a formação integral e acesso aos conhecimentos e saberes necessários, definido a partir de aprofundado processo de diagnóstico, análise e estabelecimento de prioridades, delimitação de formas de implementação e sistemática de seu acompanhamento e avaliação.

O documento da Proposta Pedagógica para o EM e Educação Profissional Integrada ao EM foi apresentado para a comunidade gaúcha antes da homologação das Diretrizes Curriculares sinalizando a intencionalidade política do Governo do Estado. Na sua introdução traz uma análise diagnóstica do EM e Educação Profissional na rede estadual utilizando dados das escolas e de avaliação de larga escala. No EM, destaca a preocupação com os índices de escolaridade líquida, defasagem idade-série, abandono, reprovação e acesso (matrículas). Salienta também aspectos relacionados com as escolas, professores, infraestrutura e currículo. Em relação ao currículo levanta a questão deste ser fragmentado, dissociado da realidade sócio histórica. Na Educação Profissional destaca a dissociação dos cursos ofertados com a vocação das regiões e a falta de diálogo com as novas tecnologias.

É coerente com a legislação vigente, onde o EM, além de prover a formação geral, pode preparar o estudante para o exercício de profissões técnicas, o que pode ser desenvolvido na própria escola de nível médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. Tem impactado diretamente o EM o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pelo Governo Federal em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Já a Educação Profissional (EP) pode ser desenvolvida na forma articulada (integrada ou concomitante) com o nível médio ou na forma subsequente.

Um Projeto Político Pedagógico é a expressão de uma concepção de pedagogia. Segundo Libâneo, Olveira, Toschi (2012) podemos nos orientar por uma tipologia que compreende: tradicional, tecnicista, nova e a sócio crítica.

No âmbito da prática escolar, as escolas continuam direcionadas para quatro tipos de pedagogia: a tradicional, a tecnicista, a nova ou ativa e a sociocrítica. [...] A pedagogia tradicional e a tecnicista são mais convencionais e politicamente conservadoras. A primeira centra-se na mera transmissão de conteúdos e na autoridade do professor, tendo ainda forte presença nas escolas de todos os níveis de ensino, tanto públicas quanto privadas. A pedagogia tecnicista, parente próxima da tradicional, está também associada a transmissão de conteúdos, mas põe um peso forte no desenvolvimento de habilidades práticas, no saber fazer. Nesta pedagogia não é o conteúdo da formação científica que importa, mas certa formação técnica supostamente mais afinada com as necessidades do mercado de trabalho. [...] A pedagogia da Escola Nova, hoje representada principalmente por escolas e professores que adotam uma visão construtivista [...]. Nela não se exclui a transmissão de conhecimentos, mas se considera mais importante a organização do ambiente de aprendizagem para que o aluno possa desenvolver sua própria atividade de aprender. [...] As pedagogias sociocríticas, por sua vez, propõe associar ao ensino-aprendizagem a responsabilidade da escola perante as desigualdades econômicas e sociais, ajudando os alunos em sua preparação intelectual e em sua inserção crítica na sociedade (LIBÂNEO, OLVEIRA, TOSCHI, 2012, p.244-245)

Os autores propõem que,

a escola de hoje precisaria encarar a exigência de apropriação da cultura e da ciência, o desenvolvimento das competências e habilidades cognitivas e, ao mesmo tempo, a motivação do aluno como sujeito da aprendizagem e integrante de contextos e práticas socioculturais (LIBÂNEO, OLVEIRA, TOSCHI, 2012, p. 246).

A Proposta Pedagógica do RS sustenta a sua posição de formação integral, EM e educação profissional, com as discussões que se iniciaram em 2003 sobre educação politécnica utilizando como referência Saviani apud Frigotto, Ciavatta, Ramos, 2005, p. 42:

Em 2003, com mudanças no governo federal, explicita-se nacionalmente o debate que já vinha sendo gestado sobre o Decreto nº 2.208/97, em especial no que se refere à separação entre ensino médio e educação profissional. Uma grande mobilização de pesquisadores, intelectuais, educadores e instituições vinculadas à educação profissional, retomando a discussão, viabilizam como alternativa para a superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica uma concepção de educação unitária e universal - educação politécnica (RS, 2011, p. 8).

Saviani apud Frigotto, Ciavatta, Ramos (2005, p. 42) define politecnicia como “[...] o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno”. Uma contradição que se evidencia considerando o conceito de educação politécnica aparece no final da introdução, quando o documento da proposta afirma que “a tarefa que se coloca para a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul é desenvolver um projeto educacional que atenda às necessidades do mercado, mas que tenha na sua centralidade o indivíduo, a partir de uma proposta de formação integral.” (RS, 2011 p.9)

No Estado do Rio Grande do Sul, a etapa final da educação básica constitui-se com as seguintes organizações curriculares: Ensino Médio Politécnico, Ensino Médio Curso Normal, Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, podendo assumir a forma de concomitância externa, e Educação Profissional Técnica de Ensino Médio na forma subsequente, e contempla o acesso à escolaridade nas modalidades: educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, educação do campo, educação de quilombolas e educação profissional. (RS, 2011, p.11)

Evidencia-se a preocupação em atender prioritariamente as demandas do mercado de trabalho que não mantem coerência com um EM politécnico que,

Tem em sua concepção a base na dimensão politécnica, constituindo-se no aprofundamento da articulação das áreas de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimento embasam e promovem a inserção social da cidadania (RS, 2011, p.11).

Quando estabelecemos uma relação entre os conteúdos das Diretrizes Curriculares e da Proposta Pedagógica do RS evidencia-se uma congruência entre os princípios orientadores, objetivos e finalidades, conceito de trabalho, de currículo, de organização curricular e áreas de conhecimento. A concepção de conhecimento e os princípios orientadores relação parte-totalidade, reconhecimento de saberes, teoria-prática, interdisciplinaridade, avaliação emancipatória e pesquisa são coerentes com as Diretrizes Curriculares.

Em relação ao conceito de trabalho também identificamos congruência na medida em que nas Diretrizes Curriculares o trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência e na proposta pedagógica como todas as formas de ação que os seres humanos desenvolvem para construir as

condições que asseguram a sua sobrevivência implica reconhecê-lo como responsável pela formação humana e pela constituição da sociedade. É pelo trabalho que os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizando a convivência, transformam a natureza construindo a sociedade e fazem história.

Tomar o trabalho, assim concebido, como princípio educativo, implica em compreender as necessidades de formação de dirigentes e trabalhadores que caracterizam as formas de organização e gestão da vida social e produtiva em cada época. Ou seja, significa reconhecer que os projetos pedagógicos de cada época expressam as necessidades educativas determinadas pelas formas de organizar a produção e a vida social.

A proposta pedagógica anuncia uma base teórica crítica, de vertente marxiana com os pressupostos na relação Educação e Trabalho de autores críticos. A proposta traz como categorias teóricas o Trabalho como princípio educativo e Politecnia. Neste sentido, se distingue das Diretrizes Curriculares que não apresenta a concepção de politecnia e se fragiliza quando não define Ciência, Tecnologia e Cultura.

Inicia o item sobre trabalho como princípio educativo com o argumento de que “A relação entre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e as novas demandas de educação geral, profissional e tecnológica, já explicitada, evidencia o advento de um novo princípio educativo” (RS, 2011, p.14). Sem explicitar o que é entendido como o advento de novo princípio educativo, segue apresentando uma concepção de trabalho como atividade humana e responsável pela formação humana e constituição da sociedade. Não faz nenhuma referência; mas pelo conteúdo, aproxima-se da concepção marxiana de trabalho que contem os elementos do trabalho como princípio educativo. Na sequência, explicita que os projetos pedagógicos de cada época expressam as necessidades educativas determinadas pelas formas de organizar a produção e a vida social. Assim, coloca que são as formas de organização da vida social e produtiva tayloristas/fordistas e atualmente o advento da microeletrônica que determinam as competências do trabalhador e as pedagogias.

A concepção de trabalho como princípio educativo é reduzida, equivocadamente, as demandas geradas pelos modos de organização da produção (taylorista/fordista) ou pelos avanços tecnológicos (microeletrônica). O paradigma é de

que a produção capitalista, seja pelos seus modos de produção ou tecnologias, determinam a vida produtiva e também social e os processos educativos. Assim, explicita que “as mudanças no mundo do trabalho trazem novas demandas para a educação, um novo princípio educativo em que o trabalho predominantemente psicofísico passa a ser substituído pelo trabalho intelectual” (RS, 2011, p.15).

Na sequência, coloca que “É, pois, esse novo princípio educativo do trabalho que aponta a necessidade premente da reorganização da Educação Básica, e em particular do EM e da Educação Profissional de Nível Médio, em um governo comprometido com a inclusão social” (RS, 2011, p.15)

Em relação ao conceito de politecnicidade, inicia explicitando que é

[...] o novo princípio educativo do trabalho, ao apontar a intelectualização das competências como categoria central da formação, superando a proposta taylorista/fordista que propunha percursos diferenciados para formar dirigentes e trabalhadores, retoma a clássica concepção de politecnicidade, compreendida como domínio intelectual da técnica (RS, 2011, p.15).

O conceito de politecnicidade tem como referência Gramsci (1978) apud Proposta Pedagógica,

[...] pensar políticas públicas voltadas para a educação escolar integrada ao trabalho, à ciência e à cultura, que desenvolva as bases científicas, técnicas e tecnológicas necessárias à produção da existência e a consciência dos direitos políticos, sociais e culturais e a capacidade de atingi-los (RS, 2011, p.)

No entanto, em sua proposta, este conceito se concretiza de forma reducionista como princípio organizador da proposta curricular, particularmente na superação da lógica disciplinar e integração de conteúdos específicos e gerais; nas novas formas de seleção e organização dos conteúdos a partir da prática social - contemplando o diálogo entre as áreas de conhecimento - na primazia da qualidade da relação com o conhecimento pelo protagonismo do aluno sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica; na primazia do significado social do conhecimento sobre os critérios formais inerentes à lógica disciplinar; no trabalho coletivo que integre os diferentes atores que atuam nas escolas; nas instituições responsáveis pela formação de professores; e nos órgãos públicos responsáveis pela gestão.

3 VISÃO DA REALIDADE: ASPECTOS DA IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RS

A proposta do novo EM foi divulgada para as escolas no segundo semestre de 2011. Desta forma, elas foram surpreendidas ao receberem o texto base da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), que continha a proposta de implantação do EM Politécnico para início no primeiro semestre de 2012. Somente no final do ano de 2011 começaram a chegar às estas Instituições de ensino, notícias e agendamentos de reuniões. Rapidamente tiveram que eleger representantes de todos os segmentos (professores, pais, alunos e funcionários) para participar de plenárias organizadas pela SEDUC.

Em janeiro de 2012, os grupos gestores das escolas foram chamados para uma formação em Porto Alegre. A partir deste momento segundo relatos, foi feita uma explanação sobre a proposta de Ensino Médio Politécnico. Estes grupos ao chegarem às escolas tinham que elaborar o panorama novo e preparar a divulgação na sua escola sobre esta proposta. Portanto, o início de implantação da proposta foi um período de muitos questionamentos e incertezas para todas as escolas.

A partir deste momento, as escolas iniciaram o estudo do documento base da SEDUC e, à medida que iam se apropriando do conteúdo, as discussões tornavam-se mais críticas, pois a proposta não foi discutida com a comunidade escolar. Para iniciar o ano letivo de 2012 foram realizados, na medida do possível alguns investimentos na infraestrutura das escolas, ações de suporte e capacitação para o desenvolvimento da matriz curricular com as equipes diretivas e corpo docente. Além disso, foi necessário estabelecer ações de comunicação principalmente para os alunos, famílias e comunidade escolar.

Muitas equipes gestoras das escolas promoveram alguns debates com as suas comunidades escolares. Com o conhecimento da proposta pelas escolas e suas comunidades escolares, a discussão aprofundou-se na reunião promovida pela 2ª Coordenadoria de Educação (CRE), em setembro de 2011, em São Leopoldo em que se fizeram presentes todas as escolas de EM do município de São Leopoldo representadas por suas equipes gestoras, alunos e pais, com a finalidade de promover uma discussão sobre o novo EM a ser implantado. A questão central do debate foi quanto à viabilidade de implantação em curto tempo do EM Politécnico.

Nesta oportunidade, foi sugerido por todas as escolas presentes o adiamento da implantação, pois não havia o entendimento necessário sobre a execução e operacionalização da proposta. Esse tempo, entretanto, não foi atendido e as plenárias municipais, regionais e inter-regionais; estratégias de divulgação definidas pela SEDUC tiveram sequência.

Com a finalidade de validar e tornar a proposta mais conhecida, as discussões se estenderam aos municípios de abrangências das coordenadorias regionais de educação. Cada CRE solicitou que as escolas tivessem um representante de cada seguimento escolar para a plenária dos municípios de abrangência das CREs. Na 2ª Coordenadoria, o encontro deu-se em outubro de 2011, na cidade de Novo Hamburgo. Segundo relatos de professores participantes do evento, os embates entre os representantes da CRE, SEDUC e os representantes das escolas foram acirrados. As escolas mantiveram posição de postergar a implantação da nova proposta de ensino, do outro lado, a Secretaria de Educação acenou com o início imediato em 2012. Dessa assembleia saíram representantes para a etapa regional em Porto Alegre.

Na segunda quinzena de novembro aconteceu a última etapa das discussões, realizada em Porto Alegre, denominada de inter-regional. Nesta ocasião, novamente foi reiterado o pedido de adiamento da implantação da proposta; contudo, iniciou-se o ano letivo de 2012 com uma nova proposta de EM: Ensino Médio Politécnico em todo Estado do Rio Grande do Sul.

Para a implantação da proposta de EM Politécnico, houve apenas uma formação que contemplou três membros das equipes diretivas de cada escola no início do ano letivo de 2012, ou seja, concomitante com o início das aulas. Foi um tempo difícil em que foi preciso parar para entender e se apropriar do novo regimento, planejar o trabalho para os alunos e, por fim, iniciar o trabalho. Houve muitas dúvidas e incertezas, trazendo como consequência mais grave a incidência de erros. Os relatos revelaram que, tanto professores quanto alunos sentiam-se inseguros quanto à sistematização do novo EM, com sentimento de estarem sendo cobaias de uma proposta de governo.

As contribuições levadas às plenárias municipais, regionais e inter-regionais não foram ouvidas. A presença das escolas e suas comunidades escolares serviram apenas para assinar e validar uma proposta de ensino que fora rejeitada pela comunidade em todas as instâncias, mas, que foi implantada com muitas escolas sem professores

capacitados, sem estrutura física para atendimento a nova demanda, sem laboratórios de informática, bibliotecas funcionando com acervo apropriado para a prática de pesquisa; sem espaço físico para acomodar as turmas com carga horária maior, etc.

Mesmo havendo protestos contra a proposta, com o forte argumento da falta de tempo para discussão, apropriação e desenvolvimento, esta passou por todas as etapas e foi implantada. O ano letivo de 2012 em muitas escolas iniciou com dois enormes desafios: entender e colocar em prática a proposta e completar o quadro de professores principalmente em decorrência da ampliação da carga horária, de 25 períodos semanais para 30, sendo cinco no turno inverso. Praticamente todas as escolas tiveram falta de professores, pois a SEDUC não tinha se preparado para suprir a demanda com a antecedência necessária. Além disto, tiveram que reorganizar espaços para as aulas do contra turno, salas de aula foram desativadas para serem transformadas em sala de projetos. Foi necessário reorganizar refeitórios e alocação de merendeiras (muitas inexistentes) para fornecimento de almoço aos alunos que vinham no contra turno. A pressão na Coordenadoria foi intensa para suprir deficiências na estrutura organizacional das escolas, especialmente carência de professores.

Os gestores escolares avaliam que o governo poderia ter preparado e oferecido formação para o novo EM em 2012 e iniciado a aplicação do modelo em 2013. A resistência em reação aos cinco períodos de projeto estendia-se aos alunos e familiares e era tarefa dos gestores administrar esta situação. Os pais, por sua vez, que procuravam a escola a fim de matricular seus filhos em um curso técnico, não entendiam do que se tratava o Politécnico. Não houve tempo de preparo e esclarecimentos suficientes à comunidade escolar.

Na sociedade contemporânea, as rápidas transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico configurando a sociedade virtual e os meios de informação e comunicação incidem com bastante força na escola, aumentando os desafios para torná-la uma conquista democrática efetiva. Transformar as escolas em suas práticas e culturas tradicionais e burocráticas que, por intermédio da retenção e da evasão, acentuam a exclusão social, não é uma tarefa simples nem para poucos. O desafio é educar as crianças e os jovens propiciando-lhes um desenvolvimento humano, cultural científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para fazer frente as exigências do mundo contemporâneo (LIBÂNEO, OLVEIRA, TOSCHI, 2012, p. 16).

A crítica mais forte situa-se no terreno da sua gestão, desde o planejamento até a sua execução, entendemos que um projeto político pedagógico é um documento que

concretiza um processo de planejamento democrático, participativo e coletivo, que reflete as intencionalidades, as finalidades, as estratégias de um processo educativo considerando “o já instituído (legislação, currículos, conteúdos, métodos, formas organizativas da escola e outros), mas também algo de instituinte” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012, p. 487).

4 VISÃO CRÍTICA: ALGUNS APONTAMENTOS

A proposta pedagógica do RS faz avanços consideráveis em relação às lacunas já consensuais sobre o EM mesmo que ainda se evidenciem algumas contradições, especialmente no tocante a concepção de Educação Politécnica. Configura-se como mais uma Política de Governo que trás uma ideia equivocada da proposta ter um novo princípio educativo e ser inovadora e restringe-se ao atendimento de demandas emergentes do mercado de trabalho. Ainda distante da compreensão de Qualidade Social que se refere à escola como espaço público de exercício da cidadania.

No entanto, destacamos que o processo de implantação do EM Politécnico foi e ainda está sendo conflituoso pelos aspectos abordados acima em relação a sua gestão e agrava-se pelo fato da mantenedora não ter conhecimento suficiente para dar suporte dessa nova proposta de governo implantada no RS para a comunidade escolar. Em relação a sua implantação podemos destacar os seguintes aspectos: é fruto de uma gestação autoritária e não democrática no sentido de tomada participativa e coletiva de decisões, com o conseqüente descontentamento pela forma imposta do projeto pela Secretaria de Educação, sem a efetiva participação da comunidade escolar; acentuaram-se as dificuldades para a compreensão da proposta por toda a comunidade escolar; houve falta de tempo para que todos se apropriassem da concepção pedagógica para desenvolver o novo trabalho; a capacitação e o treinamento das equipes gestoras e professores, aconteceu, de maneira muito incipiente, ao longo do ano de implantação; e, houve carência de infraestrutura (especialmente espaços de aprendizagem diversificados e adequados) e recursos humanos qualificados nas instituições para implantar esta nova modalidade de ensino.

Sendo a Escola Pública também destinada a filhos de pais trabalhadores e alunos trabalhadores do noturno a sua organização curricular trouxe uma série de conseqüências, pois não foi possível viabilizar o sexto período de aula por dia, em

nenhum dos turnos de funcionamento da escola. A situação de incompatibilidade se estabeleceu não só pelas condições de oferta das escolas, mas também porque os alunos tinham que optar por chegarem atrasados no trabalho ou na escola, perdendo um período normal de aula.

Toda a comunidade escolar foi impactada negativamente pela forma como foi gestada e implanta a proposta de EM Politécnico no RS que se caracteriza como mais uma proposta de governo que já começa pelas resistências a perder força e inicia-se um processo de metamorfose: terreno de contestação e negociações.

Apesar das dificuldades, ficou explícito que as escolas estão tentando apropriar-se do conteúdo deste novo EM, estudando vão se adaptando a proposta nas suas respectivas realidades objetivando vencer todos os obstáculos e desenvolver o melhor ensino possível para seus alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 27 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Documento Final** Conselho Nacional de Educação – CONAE. Brasília, 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf> Acesso em: 25 out.2013.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. INEP. **Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil**. Brasília: Inep/MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Resolução CNE nº 2, de 30 de janeiro 2012**. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9864&Itemid>. Acesso em: 27 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Especial Destinada a Promover Estudos e Proposições para Reformulação do Ensino Médio. **Documento orientador para seminários estaduais** [recurso eletrônico]. – Brasília :

Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 174 p. – (Série comissões em ação ; n. 24)012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo**. In: COSTA, Hélio & CONCEIÇÃO, Martinho da. (Org.) Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e Certificação Educacional e Profissional. São Paulo: CUT, 2005.

KUENZER, A. Z. O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

OZGA, Jenny. **Investigação sobre Políticas Educacionais: Terreno de Contestação**. Lisboa: Porto Editora, 2000.

PRADO, I. G. A. LDB e políticas de correção de fluxo escolar. **Revista em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 71, p. 49-56, jan. 2000. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1074/976>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio 2011-2014**, 2011.

Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação. Regimento **Referência das Escolas de Ensino Médio Politécnico da Rede Estadual**, 2011.